

**CAAD: Arbitragem Tributária**

**Processo n.º: 502/2025-T**

**Tema: IRS – Inutilidade Superveniente da Lide**

## **DECISÃO ARBITRAL**

A árbitra, Sónia Martins Reis, designada pelo Conselho Deontológico do Centro de Arbitragem Administrativa (“CAAD”) para formar o Tribunal Arbitral, constituído em 4 de Agosto de 2025, acorda no seguinte:

### **I. RELATÓRIO**

A..., contribuinte n.º ..., com domicílio fiscal na Rua..., n.º..., ...-... Lisboa, doravante designada por “Requerente”, veio deduzir pedido de pronúncia arbitral, ao abrigo do disposto no artigo 10.º, n.ºs 1 e 2 do Decreto-Lei n.º 10/2011, de 20 de janeiro (Regime Jurídico da Arbitragem em Matéria Tributária ou “RJAT”), em conjugação com os artigos 99.º e 102.º, n.º 1, alínea d), ambos do Código de Procedimento e de Processo Tributário (“CPPT”).

É demandada a Autoridade Tributária e Aduaneira, doravante referida por “AT” ou “Requerida”.

Constitui pretensão da Requerente a apreciação da legalidade do indeferimento (tácito) da reclamação graciosa apresentada e, bem assim, o ato de liquidação de IRS n.º 2024..., relativo ao exercício de 2023, no valor de € 37.121,22.

Como causa de pedir, a Requerente alegou, em suma, vícios substantivos, em concreto no que concerne à desconsideração indevida das regras de tributação aplicáveis, em sede de IRS, ao abrigo do estatuto de residente não habitual.

Imputa a violação do disposto no artigo 16.º, n.ºs 9 e 11 do CIRS (na redação em vigor à data dos factos), atento o carácter reconhecidamente meramente declarativo do ato de inscrição como residente não habitual.

E, bem assim, a violação do disposto no artigo 81.º, n.º 5 do CIRS (na redação em vigor à data dos factos) e da aplicação do método da isenção aos rendimentos obtidos no estrangeiro, pela Requerente, no ano em causa de 2023.

E que, na medida em que, ao abrigo do disposto no n.º 8 do artigo 16.º do CIRS, a Requerente beneficia do estatuto do residente não habitual durante o período de 10 anos, contados desde a fixação da sua residência fiscal em Portugal (isto é, entre os anos de 2017 e 2026) a mesma tem o direito a ser tributada como tal também no ano de 2023, incluindo a aplicação da isenção de IRS sobre os rendimentos prediais e os rendimentos de capitais obtidos pela Requerente no Brasil.

Imputa, igualmente, a violação dos princípios da legalidade, da igualdade e da justiça material (artigos 5.º e 8.º da LGT e artigos 2.º, 13.º, 20.º e 103.º da Constituição da República Portuguesa).

Pugna, a final, pelo provimento do pedido arbitral, devendo ser restituído o imposto indevidamente pago, nos termos do artigo 100.º da LGT, acrescido dos correspondentes juros indemnizatórios, ao abrigo do artigo 43.º da LGT.

A Requerente juntou 34 documentos.

O pedido de constituição do Tribunal Arbitral foi apresentado em 26 de Maio de 2025, tendo sido constituído em 4 de Agosto de 2025 e seguido a sua normal tramitação.

Em conformidade com os artigos 5.º, n.º 3, alínea a), 6.º, n.º 2, alínea a) e 11.º, n.º 1, alínea a), todos do RJAT, o Exmo. Presidente do Conselho Deontológico do CAAD designou a árbitra do Tribunal Arbitral Singular, que comunicou a aceitação do encargo no prazo aplicável.

As Partes, notificadas dessa designação, em 15 de Julho de 2025, não se opuseram, nos termos dos artigos 11.º, n.º 1, alíneas a) e b) e 8.º do RJAT, 6.º e 7.º do Código Deontológico do CAAD.

A Requerida (ou “AT”) veio, a 8 de Agosto de 2025, informar o Tribunal e a Requerente da revogação da liquidação em crise nos autos.

Por requerimento de 20 de Setembro de 2025, a Requerente veio juntar requerimento não se opondo à extinção da instância, por inutilidade superveniente da lide.

O Tribunal Arbitral foi constituído em 4 de Agosto de 2025, seguindo-se a notificação prevista no artigo 17.º, n.º 1 do RJAT.

## **II. SANEAMENTO**

O Tribunal foi regularmente constituído e é competente em razão da matéria, à face do preceituado nos artigos 2.º, n.º 1, alínea a), 5.º, n.º 3, alínea a), 6.º, n.º 2, alínea a) e 11.º, n.º 1, todos do RJAT.

As Partes gozam de personalidade e capacidade judiciárias, têm legitimidade e encontram-se regularmente representadas (*cf.* artigos 4.º e 10.º, n.º 2 do RJAT e artigo 1.º da Portaria n.º 112-A/2011, de 22 de março).

O pedido de pronúncia arbitral é tempestivo, porque apresentado no prazo de 90 dias previsto no artigo 10.º, n.º 1, alínea a) do RJAT.

Não foram identificadas questões que obstem ao conhecimento do mérito.

### **III. FUNDAMENTAÇÃO**

#### **1. DOS FACTOS**

Com relevo para a decisão, importa atender aos seguintes factos que se consideram provados:

- A.** A Requerente veio deduzir pedido de pronúncia arbitral, ao abrigo do disposto no artigo 10.º, n.ºs 1 e 2 do Decreto-Lei n.º 10/2011, de 20 de janeiro (Regime Jurídico da Arbitragem em Matéria Tributária ou “RJAT”), em conjugação com os artigos 99.º e 102.º, n.º 1, alínea d), ambos do Código de Procedimento e de Processo Tributário (“CPPT”) peticionando a apreciação da legalidade do indeferimento (tácito) da reclamação graciosa apresentada e, bem assim, o ato de liquidação de IRS n.º 2024..., relativo ao exercício de 2023, no valor de € 37.121,22 – cf. registo de entrada no SGP do CAAD e Documentos n.ºs 1 e 2 apresentados com o seu pedido de pronúncia arbitral (“PPA”).
- B.** Em 29 de Maio de 2025, a Requerida foi notificada da apresentação do pedido de pronúncia arbitral – cf. registo de entrada no SGP do CAAD.
- C.** Em 21 de Julho de 2025, a Requerida veio informar o Tribunal da junção do Ofício ... mediante a qual a Requerente tinha sido averbada no registo central de contribuintes como residente não habitual com efeitos aos anos de 2023 a 2026, e, bem assim, do Despacho do Diretor de Serviços da AT neste sentido de 15 de Julho de 2025- cf. Resposta da Requerida.

- D.** Em 24 de Julho de 2025, a Requerente veio aos autos informar o Tribunal e citamos “ (...) que pretende que o processo arbitral n.º 502/2025-T prossiga os seus trâmites normais, na medida em que a Autoridade Tributária e Aduaneira não se pronunciou, na sua comunicação, quanto à legalidade do ato de liquidação que constitui objeto do referido processo arbitral.”. - cf. requerimento da Requerente constante do SGP da CAAD.
- E.** Após ter sido notificada pelo Tribunal para, querendo, contestar, a Requerida veio, por requerimento de 8 de Agosto de 2025, e citando-o, informar o Tribunal como segue: “ (...) A DIRETORA-GERAL DA AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA, vem comunicar que, a 04-08-2025, a Sub-Diretora Geral da AT - Área de Gestão Tributária dos Impostos Sobre o Rendimento (IR), proferiu despacho de revogação do ato contestado, *maxime*, ato de liquidação de IRS n.º 2024..., respeitante ao ano de 2023, no montante de € 37.121,22.”. – cf. requerimento da Requerida constante do SGP da CAAD.
- F.** Notificada pelo Tribunal para se pronunciar sobre a inutilidade superveniente da lide face à revogação do ato impugnado, tal como comunicado pela Requerida, a Requerente veio, por requerimento datado de 4 de Setembro de 2025, informar o Tribunal que não foi notificada (nem diretamente, nem através do seu mandatário) do despacho alegadamente proferido pela Senhora Subdiretora Geral da Autoridade Tributária ("AT") em 04.08.2025 que terá revogado o ato de liquidação que constitui o objeto do presente processo arbitral, pelo que mantém o seu interesse em prosseguir com a lide – cf. requerimento da requerente constante do SGP do CAAD.
- G.** A Requerida, por requerimento datado de 9 de Setembro de 2025, veio juntar cópia do despacho de revogação e da notificação efetuada ao mandatário da Requerente, dando-lhe conhecimento da decisão de revogação do ato – cf. requerimento da Requerida constante do SGP do CAAD.

**H.** A Requerente, por requerimento datado de 10 de Setembro de 2025, veio reconhecer que o seu mandatário recebeu a notificação mencionada no ponto antecedente e veio, a final, concluir como segue e citando “ (...) Face ao exposto, tendo a Requerida procedido à revogação aqui em causa, com as suas consequências legais, incluindo o pagamento de juros indemnizatórios, entende a requerente estarem reunidas as condições para que seja determinada a extinção da instância, por inutilidade superveniente da lide.” - cf. requerimento da Requerente constante do SGP do CAAD.

## **MOTIVAÇÃO DA DECISÃO DA MATÉRIA DE FACTO**

A convicção da árbitra alicerçou-se na prova documental junta aos autos, não tendo sido identificados factos não provados com relevância para a decisão da causa.

## **2. DE DIREITO**

### **A. ANULAÇÃO OU “REVOGAÇÃO” DO ATO TRIBUTÁRIO IMPUGNADO - IMPOSSIBILIDADE SUPERVENIENTE DA LIDE**

O ato tributário sindicado, que constitui o objeto principal desta ação, foi anulado administrativamente.

Nestas circunstâncias, o pedido de anulação da liquidação de IRS ficou sem objeto, pois com a anulação administrativa, os respetivos efeitos jurídicos constitutivos são destruídos com eficácia retroativa, de acordo com o artigo 171.º, n.º 3 do Código do Procedimento Administrativo (“CPA”), verificando-se uma impossibilidade superveniente da lide. Como refere a Decisão Arbitral no processo n.º 31/2013-T, do CAAD, de 4 de novembro de 2013, “*torna-se impossível juridicamente anular o que já não existe*”.

Importa ter em conta que o conceito de “revogação” até à entrada em vigor do novo CPA, em 8 de abril de 2015, na sequência da aprovação do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, abrangia quer a revogação anulatória com fundamento em ilegalidade, quer a revogação por razões de oportunidade e mérito.

Com o novo CPA, o conceito de revogação administrativa ficou restrito a esta segunda modalidade. Conforme prevê o atual artigo 165.º do CPA, sob a epígrafe “*Revogação e anulação administrativas*”, a revogação é o ato administrativo que determina a cessação dos efeitos de outro ato, por razões de mérito, conveniência ou oportunidade (n.º 1), e a anulação administrativa é o ato administrativo que determina a destruição dos efeitos de outro ato, com fundamento em invalidade (n.º 2). É neste último segmento que se insere o ato que eliminou a liquidação de IRS em causa nos autos.

Deste modo, a revogação a que se reporta o artigo 79.º da LGT corresponde ao que hoje, à luz do CPA, se denomina de “anulação administrativa”, cujo regime consta dos artigos 163.º “*Atos anuláveis e regime da anulabilidade*” (anteriores artigos 135.º e 136.º); 166.º “*Atos insuscetíveis de revogação ou anulação administrativas*” (anterior artigo 139.º) e 168.º “*Condicionalismos aplicáveis à anulação administrativa*” (cujo n.º 2 corresponde ao anterior artigo 141.º), todos do CPA.

Em face do exposto conclui-se que a anulação administrativa comunicada pela Requerida no processo dá satisfação à pretensão anulatória do ato tributário de IRS em crise, retirando à lide arbitral o seu objeto principal, pelo que, nesta parte, julga-se extinta a instância processual, com a absolvição da AT da instância, ao abrigo do disposto nos artigos 277.º, alínea e) e 611.º do CPC, aplicáveis por remissão do artigo 29.º, n.º 1 alínea e) do RJAT.

## **B. RESPONSABILIDADE PARA EFEITOS DE CUSTAS**

De acordo com o regime geral em matéria de custas, a impossibilidade ou inutilidade da lide é imputável à Requerida, que anulou o ato tributário ilegal após a apresentação do pedido de pronúncia arbitral pela Requerente, tendo a respetiva comunicação e junção do respetivo despacho de revogação aos autos ocorrido após o decurso do prazo de 30 dias previsto no artigo 13.º, n.º 1 do RJAT, solução que se extrai do cotejo dos artigos 4.º, n.º 5 do RCPAT, 12.º, n.º 2 do RJAT, e 527.º e 536.º, n.º 3 do CPC, neste último caso por remissão do artigo 29.º, n.º 1, alínea e) do RJAT.

#### **IV. DECISÃO**

Em face do exposto, acorda este Tribunal Arbitral em:

- (a) Julgar extinta a instância, por impossibilidade superveniente da lide.
- (b) Condenar a Requerida nas custas do processo, por ter dado azo à ação.

#### **V. VALOR DA CAUSA**

Fixa-se ao processo o valor de € **37.121,22**, por ser aquele que corresponde ao valor da liquidação adicional de IRS cuja anulação se pretende, nos termos do disposto no artigo 97.º-A, n.º 1, alínea a) do CPPT, aplicável *ex vi* artigo 29.º, n.º 1 alínea a) do RJAT, e do artigo 3.º, n.º 2, do RCPAT.

#### **VI. CUSTAS**

Fixa-se o montante das custas em € **1.836,00**, em conformidade com a Tabela I anexa ao RCPAT, a cargo da Requerida, uma vez que lhe é imputável a causa de extinção da instância.



---

Notifique-se.

Lisboa, 7 de Novembro de 2025.

A árbitra,

Sónia Martins Reis